

**PROTOCOLO REFERENTE À CRIAÇÃO DA REDE DE APOIO E PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS
DE TRÁFICO (RAPVT)**

Considerando que o tráfico de seres humanos é um fenómeno que tem assumido proporções preocupantes à escala global e que, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), constitui uma afronta aos direitos inalienáveis da pessoa humana;

Reconhecendo que o seu combate requer uma intervenção integrada, que implica a aplicação da legislação em vigor, bem como a implementação de medidas de prevenção e de proteção das suas vítimas;

Destacando que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) refere que o tráfico humano representa, depois do tráfico de droga, a segunda fonte ilegal de lucro no mundo, ascendendo a um valor anual de 32 biliões de dólares, e estima serem traficados por ano cerca de dois milhões e oitocentos mil seres humanos para o trabalho escravo, exploração sexual e venda de órgãos e tecidos;

Constatando a complexidade que caracteriza a problemática do tráfico de seres humanos e a necessidade de promover mecanismos de referência nacionais que promovam a proteção e o apoio às vítimas;

Considerando a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia que proíbe o tráfico de seres humanos, como expressão da inviolabilidade da dignidade humana, princípio constitucional fundamental dos estados membros e presente nos instrumentos internacionais em matéria dos direitos humanos, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas e a Convenção Europeia dos Direitos Humanos;

Realçando que o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças, determina que os Estados devem adotar medidas de prevenção do tráfico de seres humanos e de apoio às vítimas em conjunto com as organizações da sociedade civil (n.º3 do art. 6º e n.º3 do art. 9º);

Destacando que a Convenção do Conselho da Europa relativa à luta contra o Tráfico de Seres Humanos, de 16 de Maio de 2005, também determina a cooperação entre os órgãos da

administração pública e as organizações da sociedade civil para a prevenção do tráfico humano e apoio adequado às vítimas (n.º6 do art. 5º e n.º5 do art. 12º);

Considerando que o *Group of Experts on Action against Trafficking in Human Beings* (GRETA), do Conselho da Europa, no relatório sobre a implementação da referida Convenção recomenda que Portugal envolva as organizações não governamentais na criação, implementação, coordenação e avaliação das medidas de combate ao tráfico de seres humanos, devendo para tanto garantir o financiamento das suas atividades neste âmbito;

Sublinhando a Diretiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril de 2011, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas, e que substitui a Decisão-Quadro 2002/629/JAI do Conselho, a qual apela à necessidade de estabelecer mecanismos adequados que permitam proceder a uma rápida identificação, assistência e apoio às vítimas em articulação com organizações da sociedade civil (deliberação n.º 6);

Realçando a implementação da Estratégia da UE para a erradicação do tráfico de seres humanos 2012-2016, que a Comissão Europeia adotou no dia 19 de Junho de 2012, e que contempla, na sua Prioridade A, ação 1, o estabelecimento de mecanismos de referência nacionais; e

Tendo em conta que o II Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos (2011-2013), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2010, de 29 de Novembro de 2010, e cuja coordenação pertence à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), estipula na sua Área estratégica 3, medida n.º 30, a implementação da rede de apoio e proteção às vítimas de tráfico,

Entre

A COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE DE GÉNERO, com sede na Avenida da República, n.º 32, 1.º Andar, em Lisboa, titular do Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva n.º 600082598, representada neste ato pela sua Presidente, Fátima Duarte, com poderes para o ato de acordo com o artigo 7.º n.º1 alínea m) da Lei n.º2/2004 de 15 de janeiro com as alterações da Lei n.º51/2005 de 30 de agosto, adiante designada por CIG; como primeira outorgante,

e como segundos outorgantes,

ALTO COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO E DIÁLOGO INTERCULTURAL, I.P., representado neste ato, pela Alta Comissária para a Integração de Dialogo Intercultural, Rosário Farnhouse, com sede na Rua Álvaro Coutinho, n.º 14, 1150-025 Lisboa, com o número de pessoa coletiva, 508198534; **DIREÇÃO GERAL DE POLITICA EXTERNA**, representada neste ato pelo Subdiretor Geral de Política Externa, Rui Vinhas, com sede em Largo do Rilvas 1399-030 LISBOA, com o número de pessoa coletiva 600083985; **SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS**, representado neste ato pelo Diretor Nacional Adjunto, José van der Kellen, com sede na Av. do Casal das Cabanas Golfe, nº1, 2734-506 Barcarena, com o número de pessoa coletiva 600015955; **POLICIA JUDICIÁRIA**, representada neste ato pelo Diretor Nacional, Almeida Rodrigues, com sede na Rua Gomes Freire, n.º 174, 1169-007 Lisboa, com o número de pessoa coletiva 600011712; **AUTORIDADE PARA AS CONDIÇÕES DO TRABALHO**, representada neste ato pelo Inspetor Geral, Pedro Nuno Pimenta Braz, com sede na Av. Casal Ribeiro 18-A, 1000-092 Lisboa, com o número de pessoa coletiva, 600083349; **DIREÇÃO GERAL DA SAÚDE**, serviço central do Ministério da Saúde, pessoa coletiva 600 037 100, com sede na Alameda D. Afonso Henriques, n.º45, em 1049-005 Lisboa, e neste ato representada pela sua Subdiretora-Geral, Maria da Graça Gregório de Freitas, com poderes para outorgar o presente protocolo; **INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, IP**, representado neste ato pelo Diretor do Departamento de Desenvolvimento Social e Programas, Manuel Branco Mendes, com sede na Rua Rosa Araújo, 43, 1250-194 LISBOA, com o número de pessoa coletiva 505 305 500; **OBSERVATÓRIO DO TRÁFICO DE SERES HUMANOS**, representado neste ato pela Chefe de Equipa do Observatório do Tráfico de Seres Humanas, Joana Daniel Wrabetz, com sede NA Av. D. Carlos I, 134, 4.º, 1249-104 Lisboa, com o número de pessoa coletiva 600082555; **ASSOCIAÇÃO COMUNIDÁRIA**, representada neste ato pela Presidente da Direção, Maria Magdala Porto Lopes de Gusmão, com sede em Rua Cidade da Horta 14B sala 8, 1000-102 Lisboa, com o número de pessoa coletiva 508438330; **ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CONTRA A VIOLÊNCIA**, representada neste ato pela Vice-Presidente da Direcção, Margarida Isabel de Sousa Mendes Alves Medina Martins, com sede na Rua João Villaret nº 9, 1000-182 Lisboa, com o número de pessoa coletiva 503 226 408, **ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA**, representado neste ato pelo seu Tesoureiro, João Manuel Lopes Borges Lavinha, com sede na R. Artilharia Um n.º 38 - 2º Dto, 1250-040 Lisboa, com o número de pessoa coletiva 500989575; **ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VITIMA**, representada neste ato pelo seu Presidente, João Lázaro, com sede na Rua José Estêvão, nº 135-A, piso 1, 1150-201

Lisboa, e com número de pessoa coletiva 502547952; **INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA**, representado neste ato pela sua Vice-Presidente, Dulce Rocha, com sede em Largo da Memória, nº14 – 1349-045 Lisboa, com o número de pessoa coletiva 501 377 662, **IRMÃS ADORADORAS ESCRAVAS DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO E DA CARIDADE**, representado neste ato pela Coordenadora (Instituto das Religiosas Adoradoras) nos Projetos relativos ao TSH, Irmã Maria Júlia Bacelar Gonçalves, com sede em Rua de Santa Margarida, nº 75, 4710-306 Braga, com o número de pessoa coletiva 500962170; **MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE MULHERES**, representada neste ato pelo membro da Direção e do Conselho Nacional, Regina Maria Machado Marques, com sede na Av. Almirante Reis, 90 – 7ªA, 1150-022 Lisboa, com o número de pessoa coletiva 501649425; **O NINHO**, representado neste ato pela Diretora de Serviços, Maria Inês Gomes Rodrigues Fontinha, com sede na Rua Luciano Cordeiro 59, 4º 1150-212 Lisboa, com o número de pessoa coletiva 501 396 837; **OBRA SOCIAL DAS IRMÃS OBLATAS DO SANTÍSSIMO REDENTOR**, representado neste ato pela Diretora da Obra Social das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor, Maria Angeles Gorena Zabalza, com sede na Rua Antero de Quental nº6 -A, 1150-043 Lisboa, com o número de pessoa coletiva 503 098 540; **OIKOS – COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**, representada neste ato pelo Diretor Executivo, João José Nunes Fernandes, com sede na Rua Visconde Moreira de Rey, nº 37 Linda-a-Pastora 2790-447 Queijas, com o número de pessoa coletiva 502002859; **OLHO-VIVO**, representado neste ato pela Presidente, Flora Silva, com sede na Av. António Enes, 31, Centro Comercial de Queluz, Loja F-8, 2745-068 Queluz, com o número de pessoa coletiva 502076410; **SAÚDE EM PORTUGUÊS**, representado neste ato pelo seu Presidente, Hernâni Caniço, com sede na Av. Elísio de Moura, 417, 1º E, 3030-183 Coimbra, e com número de pessoa coletiva 503224049; **JRS PORTUGAL – SERVIÇO JESUÍTA AOS REFUGIADOS – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA**, representado neste ato pelo seu Diretor, André Costa Jorge, com sede na Rua 8, ao Alto do Lumiar, Lote 59, na freguesia da Charneca do Lumiar, 1750-342 Lisboa com o número de pessoa coletiva 504 776 150; **UNIÃO DE MULHERES ALTERNATIVA E RESPOSTA**, representada neste ato pela Diretora Executiva para a Violência de Género, Elisabete Brasil, com sede na Rua da Cozinha Económica, Bloco D – 30 M e 30 N, Empreendimentos Alcântara-rio, 1300-149 Lisboa, com o número de pessoa coletiva 501056246.

**É celebrado o presente Protocolo de Compromisso da Rede de Apoio e Proteção às
Vítimas de Tráfico (RAPVT)**

**Cláusula 1ª
(RAPVT)**

O presente Protocolo cria a Rede de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico (RAPVT).

**Cláusula 2ª
(Objeto)**

A RAPVT é uma rede de cooperação e de partilha de informação, tendo como finalidade a prevenção, a proteção e a reintegração das vítimas de tráfico de seres humanos.

**Cláusula 3ª
(Objetivos)**

Constituem objetivos da RAPVT:

- a) Adotar estratégias conjuntas para a realização de ações de sensibilização ao público em geral e de ações de formação de profissionais que trabalham na área da prevenção e do combate ao tráfico de seres humanos;
- b) Adotar instrumentos comuns para a sinalização, recolha de dados e encaminhamento das vítimas de tráfico de seres humanos, contribuindo para a sua regular revisão e aperfeiçoamento;
- c) Disponibilizar uma resposta de intervenção em rede, que integre as componentes de prevenção do tráfico de seres humanos e de apoio às vítimas deste crime;
- d) Realizar o encaminhamento das vítimas identificadas para os serviços de apoio mais adequados dentre os parceiros da rede, tendo em conta a sua localização geográfica e as necessidades específicas de intervenção;
- e) Criar uma metodologia de intervenção multidisciplinar e especializada, nas vertentes do apoio jurídico, psicológico e social, respeitando o âmbito de intervenção de cada entidade parceira, bem como propiciar o encaminhamento adequado das vítimas para outros serviços de apoio previamente identificados;
- f) Prevenir as situações de revitimação, promovendo a inclusão social das vítimas, designadamente através de apoio psicossocial, qualificação educativa e/ou profissional,

inserção no mercado de trabalho e outras ações que se revelem indispensáveis à sua autonomia e emancipação;

- g) Proporcionar às vítimas estrangeiras informação sobre as possibilidades de retorno assistido aos seus países de origem promovendo a articulação da rede com organizações de apoio disponíveis naqueles países;
- h) Alargar o âmbito geográfico de intervenção junto de vítimas de tráfico de seres humanos, através da constituição de equipas locais de apoio multidisciplinar, nos locais abrangidos pelas entidades parceiras, ou através da formação de profissionais, em outras áreas geográficas do país;
- i) Contribuir para o reforço dos processos de prevenção, sensibilização e proteção das vítimas, através da partilha de boas práticas;
- j) Adotar metodologias comuns de intervenção, não descurando as especificidades de cada entidade parceira.

Cláusula 4ª

(Entidade coordenadora)

1. A Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), como primeira outorgante, tem a seu cargo a coordenação da RAPVT, assumindo a dinamização de reuniões e o acompanhamento das atividades decorrentes do presente protocolo.
2. A entidade coordenadora terá como obrigações:
 - a. Apoiar financeiramente o funcionamento da RAPVT, de acordo com o plano de atividades, relativamente às suas reuniões e, sempre que possível, coparticipar em ações que possam ser promovidas em conjunto com as entidades parceiras, quando aprovadas;
 - b. Manter informação atualizada sobre matérias relacionadas com o tráfico de seres humanos, incluindo a informação acerca da abertura de linhas de financiamento nacionais e internacionais, e disponibilizá-la às entidades parceiras;
 - c. Prestar assessoria técnica às referidas entidades, quando estas o solicitarem, no desenvolvimento das suas atividades no âmbito do tráfico de seres humanos;
 - d. Elaborar o plano anual de atividades da Rede, bem como os termos da sua monitorização e avaliação;
 - e. Presidir à Comissão de Acompanhamento do Protocolo, conforme a Cláusula 6ª.

Cláusula 5ª

(Obrigações das entidades parceiras)

As entidades signatárias do presente protocolo comprometem-se a:

- a) Adotar, nos casos de sinalização de vítimas de tráfico de seres humanos, o guião de sinalização, ou instrumento similar que o substitua, proceder ao preenchimento do respetivo formulário e proceder ao seu encaminhamento para o Observatório do Tráfico de Seres Humanos;
- b) Desenvolver, sempre que possível, ações de sensibilização e formação na área do tráfico de seres humanos junto dos/as seus/suas técnicos/as e outros públicos-alvo, de modo a capacitar diferentes interlocutores sociais para a problemática, com o objetivo de sensibilizar e prevenir;
- c) Colaborar entre si para a prestação de apoio às vítimas de tráfico, sempre que necessário;
- d) Contribuir para a elaboração do plano de atividades, participar na sua aprovação, desenvolver as ações e atividades previstas nesse documento e participar na sua avaliação;
- e) Participar nas reuniões determinadas pela Comissão de Acompanhamento do Protocolo ou pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG).

Cláusula 6ª

(Comissão de Acompanhamento do Protocolo)

1. A Comissão de Acompanhamento do Protocolo será composta pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), que preside, e por outras três entidades parceiras, eleitas em reunião plenária, que terão um mandato anual, em regime rotativo.
2. Caberá à Comissão de Acompanhamento do Protocolo acompanhar o cumprimento do presente protocolo e coordenar as atividades conjuntas a desenvolver, bem como propor o plano anual e elaborar o relatório anual de atividades da Rede.
3. O plano anual referido número anterior será apresentado às demais entidades signatárias do Protocolo para aprovação em reunião plenária.

4. A Comissão de Acompanhamento do Protocolo deverá igualmente informar os participantes da Rede sobre as atividades em curso e ainda sugerir à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), enquanto entidade coordenadora, possíveis alterações ou melhorias dessas atividades para que as mesmas sejam executadas de maneira satisfatória.
5. As decisões da Comissão de Acompanhamento do Protocolo serão tomadas de forma consensual por votação; em caso de falta de acordo, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) tem voto de qualidade, registando as opiniões contrárias.

Cláusula 7ª

(Denúncia)

1. Qualquer uma das entidades parceiras pode denunciar a sua participação no presente protocolo, por comunicação escrita à entidade coordenadora, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.
2. A entidade coordenadora pode fazer cessar, por resolução, o protocolo relativamente a cada uma das restantes entidades signatárias, sempre que ocorram circunstâncias que, pela sua natureza, inviabilizem a subsistência da cooperação estabelecida, designadamente se forem violadas, de modo reiterado ou por forma grave, as cláusulas do presente protocolo.

Lisboa, 21 de Junho de 2013

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género



Maria de Fátima Abrantes Duarte
Presidente

Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural



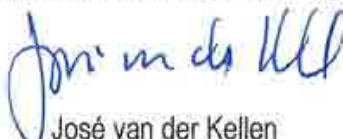
Rosario Farmhouse
Alta Comissária

Direção Geral de Política Externa



Rui Vinhas
Subdiretor Geral

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras



José van der Kellen
Diretor Nacional Adjunto

Polícia Judiciária



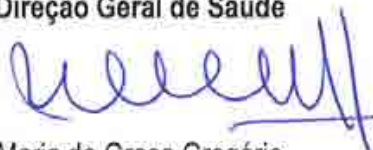
Almeida Rodrigues
Diretor Nacional

Autoridade para as Condições do Trabalho



Pedro Nuno Pimenta Braz
Inspetor Geral

Direção Geral de Saúde



Maria da Graça Gregório
Subdiretora Geral

Instituto da Segurança Social, IP



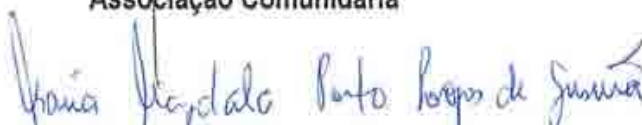
Manuel Branco Mendes
Diretor do Departamento de Desenvolvimento Social e Programas

Observatório do Tráfico de Seres Humanos



Joana Daniel Wrabetz
Chefe de Equipe do OTSH

Associação Comunitária



Maria Magdala Porto Lopes de Gusmão

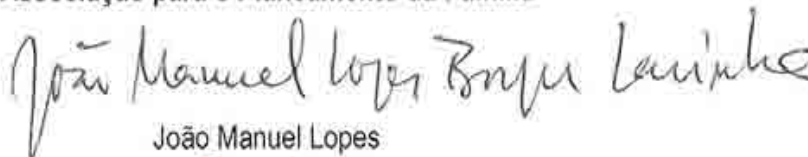
Presidente de Direção

Associação de Mulheres Contra a Violência



Margarida Isabel de Sousa Mendes Alves Medina Martins
Vice-Presidente da Direção

Associação para o Planeamento da Família




João Manuel Lopes
Tesoureiro

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima



João Lázaro
Presidente

Instituto de Apoio à Criança



Dulce Rocha
Vice-Presidente

Irmãs Adoradoras Escravas do Santíssimo Sacramento e da Caridade



Júlia Bacelar Gonçalves
Coordenadora

Movimento Democrático de Mulheres



Regina Maria Machado Marques
Membro da Direção e do Conselho Nacional

O Ninho



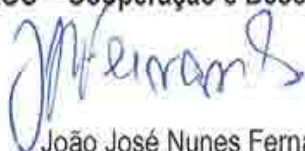
Maria Inês Gomes Rodrigues Fontinha
Diretora de Serviços

Obra Social das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor



Maria Angeles Gorena Zabala
Diretora

OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento



João José Nunes Fernandes
Diretor Executivo

Olho-Vivo



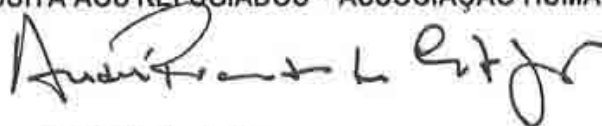
Flora Silva
Presidente

Saúde em Português




Hernâni Caniço
Presidente

JRS PORTUGAL – SERVIÇO JESUÍTA AOS REFUGIADOS – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA



André Costa Jorge
Diretor

União de Mulheres Alternativa e Resposta



Elisabete Brasil
Diretora Executiva para a Violência de Género